

Ano XX nº 5064 – 15 abril de 2015

Câmara recua e continua votação de destaques ao PL 4330 hoje

Não foi dessa vez que o presidente da Câmara dos Deputados, Eduardo Cunha (PMDB-RJ), conseguiu imprimir a celeridade desejada por ele para aprovação do Projeto de Lei 4330/2004. Ao contrário, muitos deputados demonstraram ontem (14/04), a preocupação com a repercussão do PL e apontam a necessidade de ampliar o tempo para discutir e entender o tema. Com isso, a votação das emendas de destaque ao texto-base foram suspensas.

Para a secretária de Relações do Trabalho da CUT, Graça Costa, a decisão é resultado do intenso diálogo com a população e da pressão sobre as bases dos parlamentares.

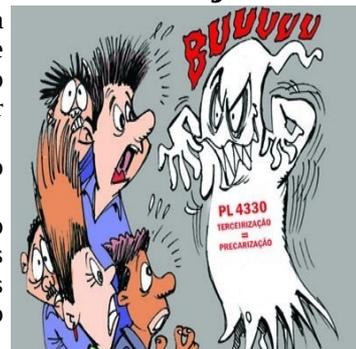
Hoje (15/04), a Casa retoma a votação das emendas, e então será possível avaliar o real impacto que a pressão nas ruas e o diálogo com os líderes partidários teve sobre os parlamentares. Já é visível a preocupação de toda a classe trabalhadora, desde os servidores públicos até os trabalhadores do setor privado. Além dos próprios terceirizados, que não enxergam na ampliação da terceirização qualquer avanço para ampliar seus direitos.

Eduardo Cunha havia acenado a possibilidade de votar todos os 27 destaques ainda ontem. A sessão começou por volta das 16h e terminou às 19h com a aprovação somente do texto que impede a terceirização da atividade-fim (a principal da empresa) em empresas públicas. A regra valerá ainda para sociedades de economia mista e suas subsidiárias controladas por União, estados e municípios. A medida foi encaminhada pelo PSDB e teve apoio do PT.

A retomada da votação acontecerá justamente no dia em que a CUT e parceiros dos movimentos sindical e sociais farão um dia nacional de paralisação, que pretende criar um ambiente desfavorável para qualquer iniciativa de retrocesso nos direitos trabalhistas.

Apesar de ainda não ter um anúncio oficial de Cunha, a expectativa é que um acordo entre líderes das bancadas deixe para a próxima semana a votação dos temas mais polêmicos. O primeiro deles é a terceirização na atividade-fim, hoje proibida no Brasil. A CUT e a esmagadora maioria do Judiciário trabalhista entende que, se aprovada, a medida abrirá brechas para que as empresas possam substituir trabalhadores contratados diretamente por terceirizados com a redução de salários e benefícios.

Outro item é a responsabilidade solidária. O texto do PL 4330 determina que, em caso de calotes das terceirizadas, a empresa tomadora de serviço somente arcará com as dívidas trabalhistas se comprovada a ausência de fiscalização. Com isso, o trabalhador somente acionaria a companhia principal após esgotados todos os recursos de cobrança contra a terceirizada. A Central cobra que a responsabilidade seja solidária para que a cobrança possa ser feita diretamente à empresa principal.



Participação das mulheres na política é tema de debate no Senado

Especialistas se reuniram ontem (14/04) no Senado Federal para debater a representação feminina no Poder Legislativo. O debate ocorreu no painel Pequim+20: Mais Mulheres na Política, promovido pela ONU Mulheres e pelo Instituto Patrícia Galvão. O objetivo do encontro é discutir a superação de obstáculos para a participação das brasileiras na política parlamentar.

Em setembro de 1995, a China sediou a 4ª Conferência Mundial sobre a Mulher. O encontro foi realizado pela Organização das Nações Unidas (ONU) e teve como resultado a Plataforma de Ação de Pequim. Para comemorar os 20 anos do documento, a ONU Mulheres propôs aos países uma avaliação dos avanços alcançados com a implementação da plataforma. O processo recebeu a denominação de Pequim+20.

Considerado o projeto mais abrangente sobre o tema, a plataforma foi adotada por 189 governos e indica medidas relacionadas a 12 áreas temáticas para que os países avancem na busca pela igualdade de gênero. Para a representante da ONU Mulheres no Brasil, Nadine Gasman, houve grandes avanços no Brasil e no mundo, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para que homens e mulheres tenham direitos iguais.

CPI do HSBC inicia depoimentos nesta quinta

Na França, Arlette Ricci é presa e multada em US\$ 1,1 milhão por manter conta secreta e recursos não declarados na agência do HSBC na Suíça. Aqui, o escândalo não incomoda nem os "revoltados" que vão às ruas. Neste mar de indiferença, a CPI do Senado puxada pelo senador Randolfe Rodrigues (PSOL-AP) e presidida pelo senador Paulo Rocha (PT-PA) começa a ouvir os primeiros convocados esta semana.

Amanhã (16/04), o primeiro a ser ouvido será o doleiro Henry Hoyer, do Rio de Janeiro, apontado por Alberto Youssef em sua delação premiada como um parceiro do PP no esquema Petrobrás. Mas os grandes clientes de Hoyer seriam os donos de contas na agência suíça do HSBC, para onde ele providenciava transferências de recursos não declarados no Brasil através de operações intrincadas e difícil rastreamento. O outro depoente de quinta-feira será Celso Moreira da Silva, ex-diretor do Metrô de São Paulo, acusado de improbidade administrativa pelo Ministério Público por envolvimento no esquema de propinas cobradas da fornecedora francesa Alston durante os últimos governos tucanos em São Paulo. Antes ainda do escândalo internacional denominado Swissleaks, os procuradores já haviam descoberto que ele tinha contas na Suíça. Outro ex-diretor do metrô, Ademir Venâncio de Araújo, também envolvido com o caso "trensão", também será ouvido mais adiante. Ele e Moreira da Silva, segundo reportagem do jornal O Globo em parceria com o site UOL Notícias, teriam na Suíça depósitos superiores a três milhões de dólares em suas respectivas contas. O presidente do HSBC no Brasil, André Brandão também foi convocado mas, seu depoimento deve ocorrer na próxima semana.